

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

**ATA Nº 15**

**SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR  
REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2019**

----- Aos dezasseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu, no Anfiteatro da Biblioteca Municipal de Gondomar e, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Gondomar. -----

----- A Mesa foi constituída como segue: -----

----- Presidente: Aníbal Jaime Gomes Lira. -----

----- 1º Secretário: José Manuel Cardoso Alves Pereira -----

----- 2º Secretário: Maria Teresa Rocha de Sousa Santos. -----

----- Verificou-se a presença dos Senhores Deputados: Ana Catarina de Sousa Pão Trigo, Bruno Miguel Alves Pacheco, Carmina Maria dos Santos Lopes, Cristina Alexandra Ribeiro Coelho, em substituição de Cecília Bibiana Martins da Silva, Manuel de Sousa Ramos Meireles, em substituição de Diogo Alexandre Lages Augusto, António Valpaços, em substituição de Eugénia Maria de Sousa Braga Leite de Faria, Fernando Alicio Barreira Morais, Fernando Cerqueira, Joana Daniela Baldaia de Resende, Joana Patrícia Fonseca Cardoso, João Pedro Serra Soares Forte, Licínio dos Anjos Bandeira e Silva, Luís Filipe Ramos Fernandes, Manuel António Leite dos Santos, Manuel Arnaldo Penêda Ferreira dos Santos, Manuel Fernando Martins Marques, Maria Fernanda Vieira Ferreira Rocha, Tiago Nelson Couto Barbosa, em substituição de Maria Leonor Almeida Alves Ferreira, Maria Olinda

16. SET 2019



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

Soares de Moura, Maria Rosa de Sousa Oliveira, Maribel Santos Fernandes, Mário da Rocha Gonçalves, Pedro Manuel Lopes Moura de Oliveira, Rosa da Glória Cardoso Gomes, Paulo Jorge Ferreira Machado, em substituição de Telmo Afonso da Mota Viana, Sara Cristina Oliveira dos Santos, em substituição de Tiago Margarido Silva Carvalho, Valentina Sanchez Silva e Vítor Cândido Coelho Guerra. -----

----- Por inerência, estiveram presentes os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Francisco Alves Laranjeira (Baguim do Monte); Rui da Mota Correia (Lomba); Nuno Filipe Brito da Fonseca (Rio Tinto); Pedro Miguel Teixeira Martins Vieira (União das Freguesias de Fânzeres e S. Pedro da Cova); Isidro Ferreira de Sousa (União das Freguesias de Foz do Sousa e Covelo); António José Ribeiro Braz (União das Freguesias de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim) e Manuel José Santos Paiva (União das Freguesias de Melres e Medas). -----

----- Verificou-se a ausência dos Senhores Deputados: David Manuel da Rocha Santos e Graciano Sebastião Cardoso Martinho. -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

**ORDEM DE TRABALHOS PARA A SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR, A REALIZAR NO DIA 16 DE SETEMBRO DE 2019 (2ª FEIRA), PELAS 21 HORAS E 30 MINUTOS, NO AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

**A-** Período de Antes da Ordem do Dia

**B-** Período da Ordem do Dia

1. Discussão e votação da ata da sessão anterior (29-04-2019 e 18-06-2019).
2. Propostas da Câmara Municipal sobre:
  - a) Transferência de competências do município para os Órgãos das Freguesias
  - b) Transferência de competências para as Autarquias Locais nos domínios das vias de comunicação, habitação, cultura e saúde
  - c) Terrenos – Afetação ao domínio público de parcela de terreno com a área de 280,00m<sup>2</sup>, sita na Rua da Primavera, na Freguesia de Baguim do Monte
  - d) Terrenos – Afetação ao domínio público de parcela de terreno com a área de 65,00m<sup>2</sup>, sita na Rua da Primavera, na Freguesia de Baguim do Monte
  - e) Terrenos - Afetação ao domínio público de parcela de terreno com a área de 115,00m<sup>2</sup>, sita na Rua Combatente Rolando Santos Pinto, em Covelo, na Freguesia de Foz do Sousa e Covelo
  - f) Terrenos - Afetação ao domínio público de parcela de terreno com a área de 36,40m<sup>2</sup>, sita na Rua Além da Fonte, em Medas, na Freguesia de Melres e Medas
  - g) Terrenos –Afetação ao domínio público de parcela de terreno com a área de 240,94m<sup>2</sup>, sita em Valbom, na Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim

16. SET 2019



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

- h) Terrenos – Afetação ao domínio público de arruamentos, na Freguesia da Lomba
  - i) Portugal 2020 – Contratação de empréstimo de médio/longo prazo linha crédito BEI PT 2020, para contrapartida nacional dos projetos financiados – Alteração à lista de projetos financiados
  - j) Abertura de procedimentos concursais para titulares de cargos de direção intermédia de 2.º, 3.º e 4.º Grau e constituição dos júris
  - k) Transportes Escolares – Contrato Interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia da Lomba
  - l) Transportes Escolares – Contrato Interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia de Foz do Sousa e Covelo
3. ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais — Pagamento de quota anual.
4. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, conjugado com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (junho a agosto de 2019).
- C- Período de Depois da Ordem do Dia.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(Aníbal Jaime Gomes Lira)

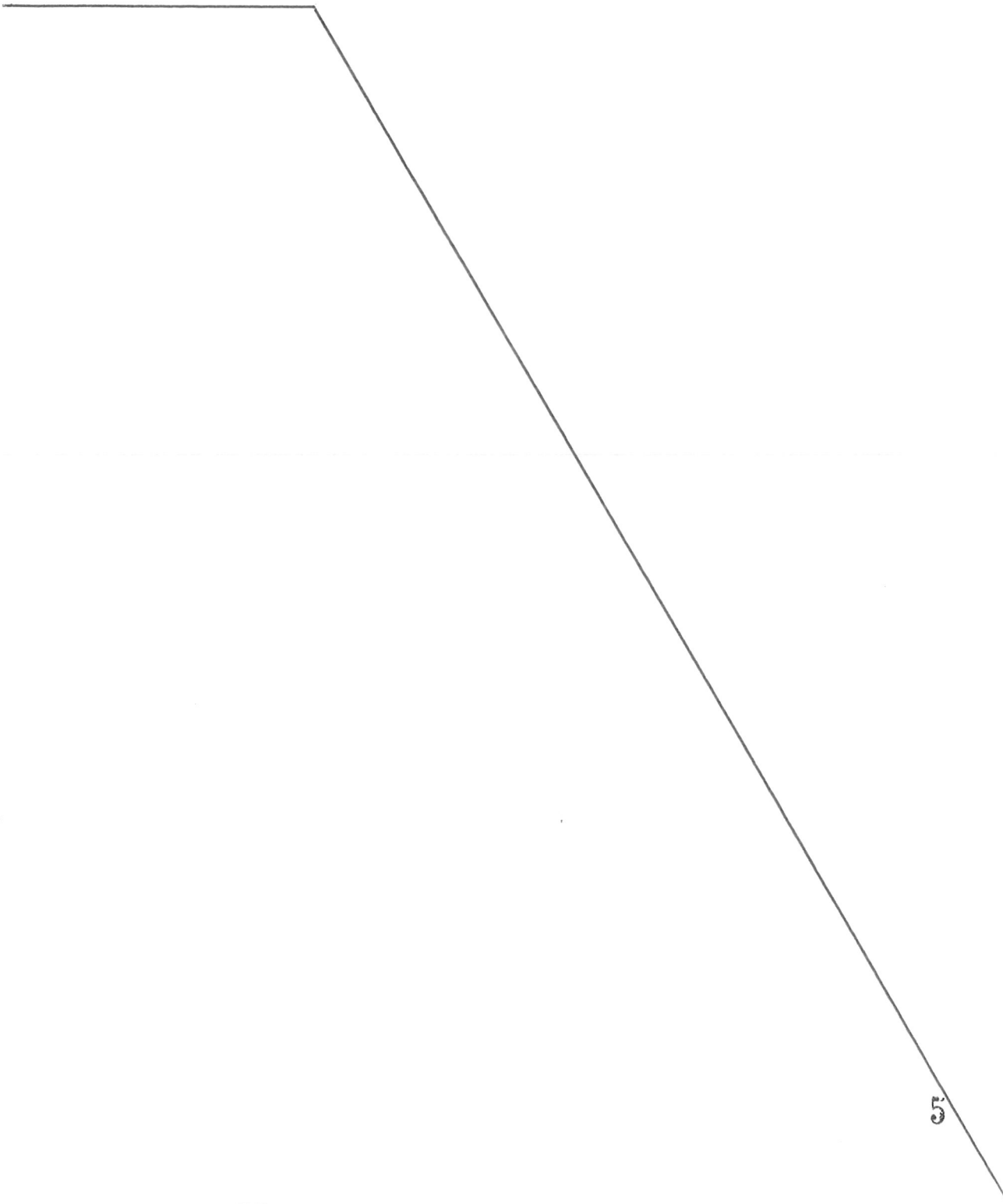
16. SET 2019



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----

----- MARIA ROSA OLIVEIRA (PS) – Leu e entregou documento, sobre a abertura das Festas do Concelho com a sexta edição da Noite Branca de Gondomar, que adiante segue. -----





**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal**

**Exmos. Senhores Secretários da Mesa desta Assembleia Municipal**

**Exmo. Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal**

**Exmos. Senhores Vereadores desta Câmara Municipal**

**Caros colegas Deputados,**

**Exmos Senhores Presidentes de Juntas e União de Freguesias**

**Minhas Senhoras e meus Senhores**

**Sirvo-me desta ocasião para elogiar a organização do evento municipal que marca abertura das Festas do Concelho, desta feita a sexta edição da Noite Branca de Gondomar, realizada no passado dia 7 de Setembro.**

**Desde seis anos a esta parte, o executivo da Câmara Municipal, elevou em boa hora a noite de Gondomar ao nível dos melhores eventos nacionais e internacionais, onde afluem pessoas de todas as partes do país.**

**Parabéns Senhor Presidente da Câmara Municipal, em especial à Senhora Vereadora D<sup>a</sup>. Sandra Almeida e todos os Vereadores que**

fazem parte do seu executivo, que muito têm contribuído, cada um na sua área, para o engrandecimento e o bom nome de Gondomar.



Este ano mais de 120 mil pessoas encheram, as ruas centrais de Gondomar (S.Cosme), num evento marcado por um enchente de brancura, num mar de luz e de alegria, com animação e surpresas a cada canto, onde pessoas de todas as idades conviveram numa noite de magia, arte, cultura, e música.

Neste evento tem sido fundamental a participação do movimento Associativismo de Gondomar, que trabalha activamente na Noite Branca, e sem o qual a mesma não teria o dinamismo e o brilho que a caracteriza.

Este ano participaram mais 25 Associações, num total de 65 Associações

Além do já referido, tenho três apontamentos a referir

**PRIMEIRO** : a participação do " Coletivo Agulha" , que este ano pelas mãos de 500 artistas voluntárias ,individuais e Associações , durante 200 dias , trabalharam 300 quilos de fio branco, transformando em renda , cujas peças embelezaram numa bonita arquitetura e puderam ser apreciadas nas ruas de Gondomar .

**SEGUNDO** : a inovação da utilização do copo reutilizável, em substituição dos copos descartáveis, na senda das melhores práticas ambientais, e do que está a ser praticado nos grandes eventos nacionais.

Deste modo, através de um exemplo colectivo, e com o património da LIPOR, Associação que faz o tratamento dos resíduos do Grande Porto, e de que Gondomar faz parte, tão bem representada pelo senhor Vereador do Ambiente José Fernando Moreira, promoveu-se aquele que é um dos principais passos para a proteção dos recursos da natureza, a prevenção da produção de resíduos e a sua reutilização. Este foi um excelente contributo para consciencializar os cidadãos participantes dos problemas ambientais, que são uma realidade, e cada vez mais nos afetam, e que é com pequenos gestos que no conjunto todos contribuiremos para a sua resolução.

Por último, não posso deixar de enaltecer, o cuidado tido com a limpeza dos arruamentos, antes e logo após o evento, e da preocupação tida em colocar equipamentos de deposição selectiva, quer para apoio às Associações, quer distribuídos por todo o espaço do evento.

Este demonstra o quanto Gondomar é capaz, e qual a força e capacidade dos seus governantes, não só na concretização de projectos para uma melhor qualidade de vida e de bem-estar dos Gondomarenses, mas também na forma como os presenteia, com tão bonita festa

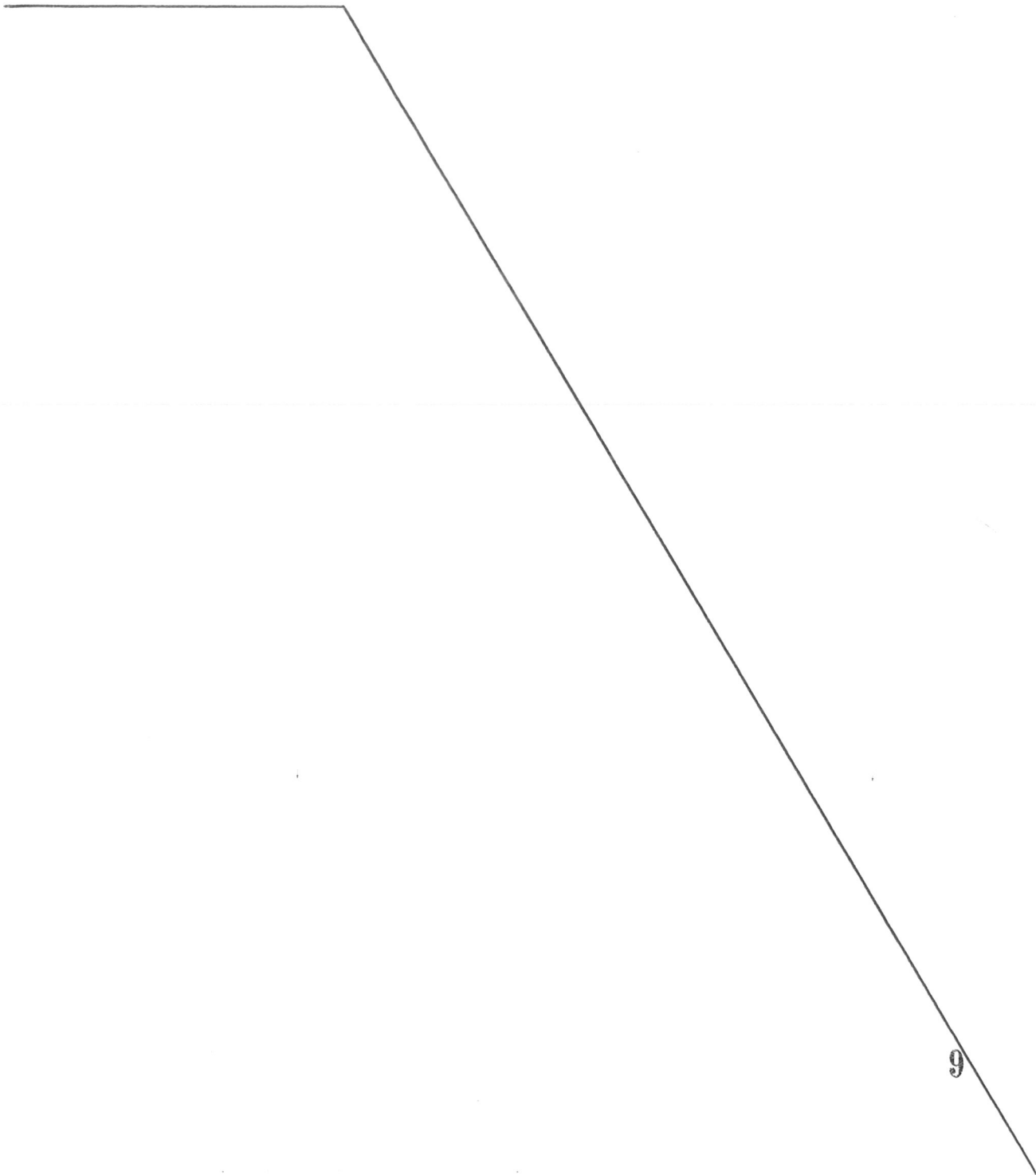
Agradecemos a todos sem excepção, mas um especial agradecimento ao público e a todos os que voluntariamente deram o mais simples dos contributos.

**OBRIGADA!!!!**



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- SARA SANTOS (BE) – Leu e apresentou um Voto de Pesar, sobre “Nem mais uma: Pelas 16 Mulheres Vítimas de Violência Doméstica em Portugal” e uma proposta de recomendação “Por um serviço de educação que combata as desigualdades territoriais”, que adiante seguem. -----



Aprovado por  
maioria de 16. SET 2019

Dr. Z  


## VOTO DE PESAR

### *NEM MAIS UMA: PELAS 16 MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA EM PORTUGAL*

A realidade volta a confirmar aquela que é a frase mais reveladora da nossa incapacidade, enquanto sociedade, de erradicarmos este flagelo social que é a violência doméstica, o crime que mais mata em Portugal. Só em 2019 já se somam 18 vítimas mortais em contexto de violência doméstica. A maior parte destas vítimas, 16, são mulheres, confirmando-se que é um crime que carrega a marca de género. Nos últimos 15 anos já morreram mais de 500 mulheres às mãos da violência machista. Uma média de 35 mulheres assassinadas por ano.

Este é, à semelhança de outros crimes, como por exemplo a violação, um crime de género, que atinge as mulheres, tirando-lhes a vida e, quando tal não acontece, lhes destrói a vida pessoal, profissional e familiar. Há 18 anos, legislou-se no sentido de garantir que este crime era um assunto de todos e todas. Passado todo este tempo, há ainda muito para fazer, muitas mulheres e crianças para proteger.

A última vítima conhecida era residente em Lisboa, na freguesia da Penha de França. A 13 de junho foi assassinada às mãos do companheiro agressor, de quem vinha reportando o crime de violência doméstica desde 2017, conforme informação da PSP. Estavam a decorrer processos sobre duas queixas. O agressor tinha sido presente a interrogatório, mas nenhuma medida adicional foi tomada para proteger a vítima.

O Tribunal da Comarca de Lisboa decretou a prisão preventiva do agressor após o assassinato desta mulher, tendo ficado claro, com a informação até agora revelada, que até este momento não se ativaram todos os meios possíveis para evitar a morte.

16. SET 2019

O crime de violência doméstica é o crime contra pessoas que mais mata em Portugal, mesmo quando as vítimas fazem queixa e pedem ajuda. Fica claro que ainda há muito a fazer para que o sistema atual consiga proteger quem precisa e não manter o sentimento de impunidade vigente entre agressores.

Assim, continua a afigurar-se necessário responder à incapacidade de várias instâncias competentes atuarem com a celeridade exigida e de ativarem todos os mecanismos ao seu alcance para proteger as vítimas de violência doméstica.

***A Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em 16 de Setembro de 2019, delibera, ao abrigo do disposto no artigo 9º, n.º2, alíneas i), j) e k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro:***

1. Expressar o seu profundo pesar pela morte de 16 mulheres, e de todas as vítimas de violência doméstica até Setembro de 2019.

A representante do Bloco de Esquerda,

Por um serviço de educação que combata as desigualdades territoriais.

Proposta de recomendação.

Um dos grandes desafios que se nos coloca enquanto sociedade é seguramente o crescimento da natalidade, no mês em que arranca um novo ano letivo, o BE quer sublinhar a relevância do investimento seguro que será apostar na proteção das famílias, designadamente no desenvolvimento de respostas que permitam e que fomentem a natalidade.

É urgente inverter a curva demográfica que nos empurra constantemente para o envelhecimento da população.

Os primeiros anos de vida de uma criança, atualmente, impõem custos tão elevados, que desde logo comprometem a decisão do seu nascimento.

A criação de uma rede pública de creches, será um grande estímulo e principalmente uma segurança para qualquer família.

Quem não gostaria de saber que finda o período destinado ao exercício do direito à parentalidade, o seu filho ou filha, teria um lugar numa creche pública integrada na rede do Ministério da Educação, à semelhança do que acontece com a restante oferta pública de ensino.

Porque em Gondomar há municípios, que tão pouco têm acesso à oferta existente na rede solidária, como é o caso de territórios como Melres e Medas, onde o recurso a familiares para assegurar cuidados a crianças com idade de creche, não é opção, mas sim a única solução!

Nesse sentido o Bloco de Esquerda, em Assembleia Ordinária reunida a 16 de Setembro de 2019 recomenda ao executivo da CMG, que exerça a sua influência junto do Governo, pela cobertura de todo o concelho de Gondomar de uma verdadeira rede pública de ensino, que acolha todas as crianças desde o seu nascimento. Por um sistema de ensino que responda às necessidades do desenvolvimento das nossas crianças.

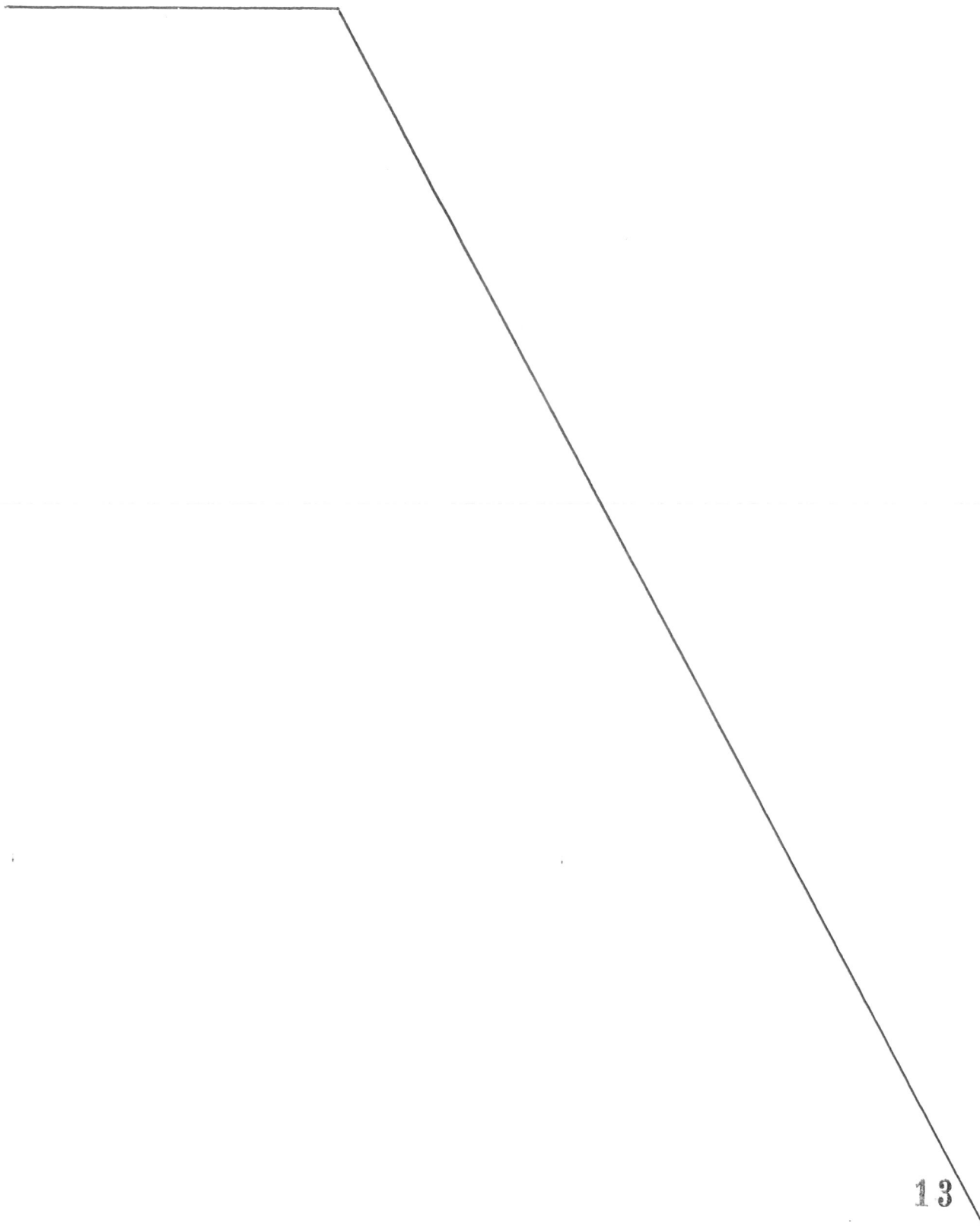
Os representantes do Bloco de Esquerda

16.SET 2019



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- ANA PÃO TRIGO (PS) – Leu e entregou documento, sobre o “trabalho desenvolvido pelo Executivo da Câmara Municipal na área da Educação”, que adiante segue. -----



Boa noite,

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa,  
Exmo. Srs. Presidente/ Vice-Presidente da Câmara Municipal e Srs. Vereadores,  
Exmos. Srs. Presidentes de Junta e Srs. Deputados,  
Digníssimo público aqui presente.



16 de setembro de 2019

Mais um ano letivo se inicia e é com agrado que o Partido Socialista reage ao trabalho desenvolvido pelo Executivo da Câmara Municipal na área da Educação. Estamos conscientes do investimento que tem sido feito neste domínio, nos últimos anos. Sabemos que muito mais haverá a fazer, mas temos a certeza, que este será um domínio que contará, sempre, com a melhor atenção por parte deste executivo.

É do nosso conhecimento que a abertura das escolas decorreu dentro da normalidade, o que saudamos.

Todos os compromissos relativos à requalificação das escolas estão em concurso, ou já terminados. No caso das EB 2,3 temos escolas com as obras já concluídas e outras com o concurso dado por terminado. Salientamos, o início da requalificação da EB1 do Souto e o início para breve da requalificação da EB1 do Outeiro.

Os professores das AEC's foram colocados a tempo do arranque do ano letivo e a alocação de funcionários apresenta números ligeiramente acima do rácio a nível nacional. Como é óbvio não será, ainda, a situação ideal, mas acreditamos que é a possível, de momento. Ressalvamos que deverá continuar a ser uma aposta do pelouro da Educação nos próximos anos.

Referirmos, também, com agrado, os diversos projetos que a câmara tem desenvolvido em colaboração com os agrupamentos de escolas. Como por exemplo: O Teatro do Bolhão, Os Músicos D'ouro, As Pequenas Metragens, Escola a Tempo Inteiro, entre outros. Projetos desenvolvidos, tendo por base todo um trabalho de equipas multidisciplinares, com vista à promoção do desenvolvimento das nossas crianças e jovens, quer a nível académico, quer a nível cívico e humano.

Aplaudimos, sem margem para dúvidas, a estreita colaboração do executivo com as diversas associações de pais e FAPAG, como pudemos verificar na sexta-feira



passada, na Cerimónia de Assinatura dos Protocolos de Colaboração entre estas entidades e a Autarquia.

O Concelho de Gondomar conta com a existência de dez agrupamentos e uma secundária não agrupada. São ao todo noventa estabelecimentos de ensino e cerca de seis mil alunos no pré-escolar e 1.º ciclo. Haverá com certeza muito mais a fazer, tal como já foi dito. Contudo, verificamos que existe vontade de mudança, vontade de fazer e vontade de melhorar. Certamente, vão sempre existir situações pontuais que irão sendo resolvidas. Julgamos que com a cooperação entre a direção dos agrupamentos, associações de pais e Câmara Municipal, é possível fazer mais e melhor, a cada ano que passa.

Assim, pedimos especial atenção para as questões da alimentação, da integração anual de um maior número de funcionários, da colocação atempada dos docentes das AEC's e da sua substituição rápida, sempre que necessário, da consciencialização da comunidade educativa para as questões de proteção ambiental (haverá ainda muito para desenvolver neste domínio) e para o desenvolvimento e promoção de uma comunidade educativa, cada vez mais, inclusiva e proativa.

Como Deputada Municipal, mas também como Presidente de uma Associação de Pais e Representante dos Pais no Concelho Geral de um Agrupamento de Escolas, não posso deixar de manifestar a minha gratidão pelo que tem sido feito em prol da comunidade educativa do nosso concelho. Porém, apelo a que haja um investimento, cada vez maior, na educação e que os canais de comunicação entre instituições se estreitem ainda mais.

Em dias como os de hoje, com um panorama mundial desolador relativamente a valores e liberdades individuais e coletivas, termino citando Nelson Mandela "A educação é a ferramenta mais poderosa que podemos usar para mudar o mundo."

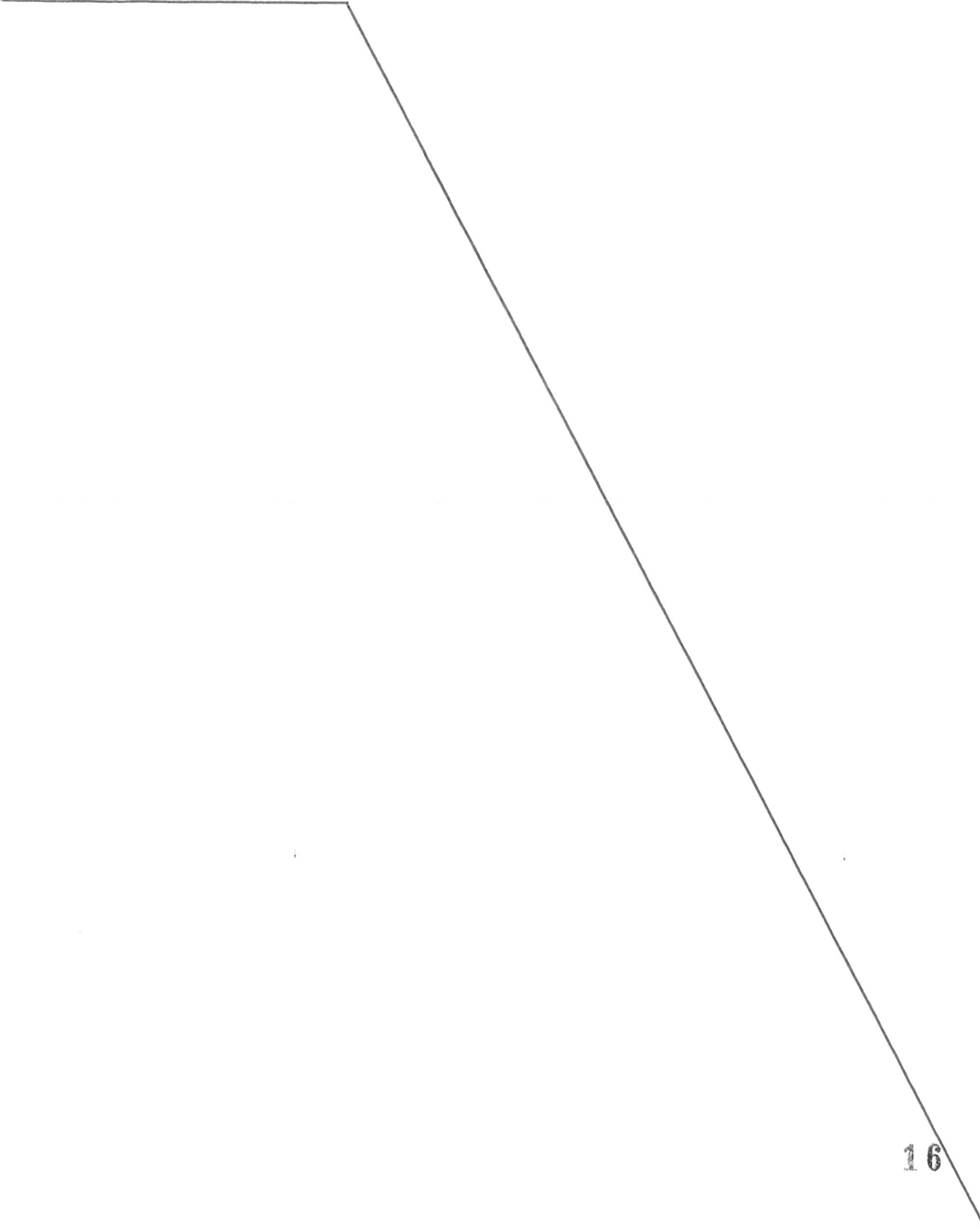
P'la Bancada do Partido Socialista,

16. SET 2019



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- CRISTINA COELHO (CDU) – Leu e entregou um pedido de esclarecimento, sobre as  
“Trabalhadoras da BYEVA”, que adiante segue. -----



*Período de Antes da Ordem do Dia***PEDIDO DE ESCLARECIMENTO****Trabalhadoras da BYEVA**

É do conhecimento que as trabalhadoras da empresa Byeve que prestam serviços de limpeza de espaços como as Piscinas Municipais, a Biblioteca Municipal, o Auditório Municipal e o Multiusos de Gondomar não recebiam (ou continuam a não receber) os salários no último dia útil de cada mês.

Neste sentido, os eleitos da CDU questionam o executivo da Câmara Municipal de Gondomar sobre a situação das trabalhadoras da empresa Byeve, ou seja, continuam a verificar-se os recorrentes atrasos no pagamento de salários das trabalhadoras?

Se sim, reiteramos as questões colocadas ao executivo da CMG na Assembleia Municipal de Junho:

Quais as diligências efectuadas e medidas tomadas sobre esta empresa?

Quais as garantias que pode dar às trabalhadoras, que fazem um serviço “em nome da Câmara” de que verão os seus problemas laborais resolvidos e quando?

Gondomar, Assembleia Municipal, em 16 de Setembro de 2019,

pel' O Grupo Municipal da CDU  
Cristina Coelho

16. SET 2019



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- BRUNO PACHECO (BE) – Apresentou e entregou uma declaração, sobre a “Semana Europeia da Mobilidade”, e um Voto de Pesar, pelo falecimento de Jorge Leite, Professor jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, que adiante seguem. -----



Bloco de Esquerda  
Assembleia Municipal de Gondomar

### Declaração

Neste ano de 2019 mais de 2.700 cidades europeias aderiram à Semana Europeia da Mobilidade que tem por tema “**Caminha connosco**”. Nesta iniciativa que decorre entre 16 e 22 de Setembro, pretende-se evidenciar que caminhar e pedalar em segurança traz muitos benefícios à saúde e ao ambiente. Andar a pé e de bicicleta são formas de mobilidade que não emitem CO<sub>2</sub> e que contribuem para viver mais tempo e em condições mais saudáveis.

As cidades que promovem as deslocações a pé e de bicicleta em vez do uso do automóvel particular, são territórios mais atractivos, com menos congestionamento de tráfego e mais acessíveis a toda a população.

Em Portugal subiu para 100 o número de municípios que participam neste evento europeu. Neste ano de 2019, o Executivo municipal aderiu à Semana Europeia da Mobilidade. Para alguns, pode ser um mero acto simbólico, para outros será uma acção limitada, já que não abrange todas as modalidades previstas na iniciativa europeia: actividades durante a semana, medidas permanentes e o dia sem carros.

Mas para nós, Bloco de Esquerda, é importante que tenha lugar esta Semana Europeia da Mobilidade. É mais uma oportunidade de expor a quem vive e trabalha neste município os desafios que enfrentamos e a necessidade de reduzir a prevalência dos modos de transporte assentes nos combustíveis fósseis tão prejudiciais à qualidade de vida e ao planeta. Por isso, congratulamo-nos com a sua realização.

É sabido que a utilização desmedida do automóvel como forma de deslocação individual, além dos custos sociais como a sinistralidade rodoviária, tem também impactos muito negativos no ambiente e na saúde pública. Estudos científicos relacionam a emissão de gases poluentes (NO<sub>x</sub>, CO e SO<sub>2</sub>) e partículas (PM 5 e 10) com a incidência de doenças respiratórias e cardiovasculares. As cidades com futuro serão apenas aquelas que desenvolvam políticas de melhoria da qualidade do ar, da redução do ruído e de mitigação/adaptação às alterações climáticas.

Tem vindo a crescer (e ainda bem) a exigência cidadã para que as autarquias locais e outras entidades públicas adoptem políticas que diminuam o tráfego automóvel e incentivem as deslocações a pé, em bicicleta e através do transporte público. Têm-se realizado diversas iniciativas, como as greves climáticas, mobilizando principalmente os jovens. É este o caminho a percorrer: mais mobilização, mais intervenção na definição das prioridades políticas locais.

É preciso que a protecção do ambiente, face à destruição dos recursos naturais causada pelo modo de produção capitalista, passe a ser um dos grandes princípios orientadores das políticas municipais. O Bloco de Esquerda não deixará de participar activamente neste combate às alterações climáticas. Porque não há um planeta B !

Dr. 3



## Voto de pesar

No passado dia 24 de Agosto faleceu Jorge Leite. Professor jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, deixou como uma das principais marcas da sua carreira académica a defesa da autonomia do direito do trabalho face a outras áreas do direito. Foi um dos impulsionadores, há mais de 25 anos, da revista “Questões Laborais”.

Para além do pensamento rigoroso nos temas de direito do trabalho, teve em toda a sua vida uma exemplar intervenção cívica, empenhando-se no combate à precarização dos vínculos laborais e às políticas de desvalorização económica e pessoal dos trabalhadores.

**“Só com condições dignas de trabalho, só com salários dignos se promove crescimento económico, o desenvolvimento humano”** escreveu Jorge Leite. Através dos seus inúmeros escritos e também pelo seu exemplo de vida, deixou-nos um legado inestimável de coerência, de defesa dos direitos do trabalho, da justiça social e da dignidade da pessoa humana

A Assembleia Municipal de Gondomar, reunida em sessão ordinária em 16 de Setembro de 2019, delibera:

**- aprovar um voto de pesar pela morte de Jorge Leite, referência maior na luta pela dignificação do trabalho e pela justiça social**

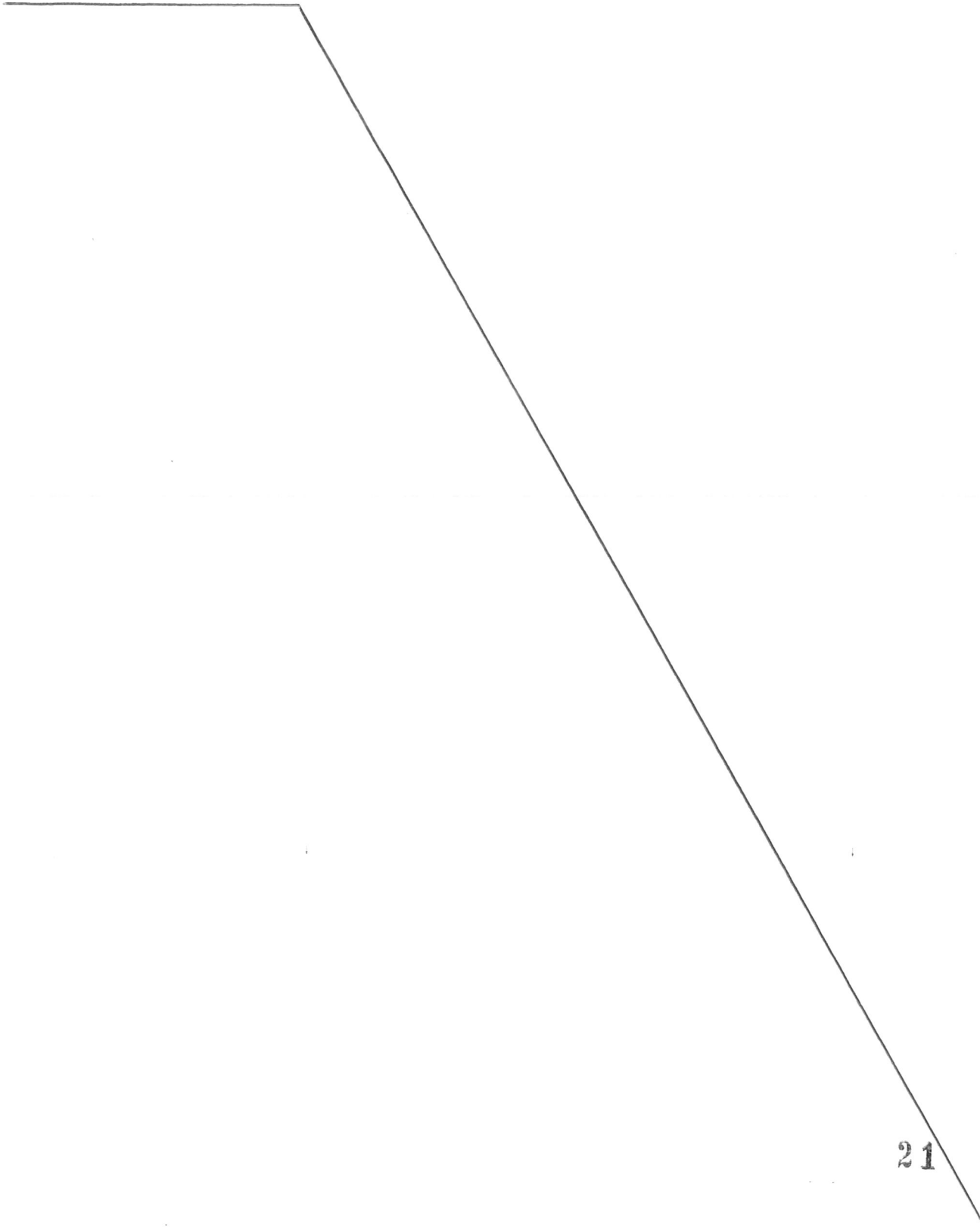
A/O representante do Bloco de Esquerda

16. SET 2019



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- MARIA OLINDA MOURA (CDU) – Leu e entregou intervenção, sobre “Memorando de entendimento sobre a intermunicipalização da STCP, S.A”, que adiante segue. -----



PAOD – Memorando de entendimento sobre a intermunicipalização da STCP, S.A

### INTERVENÇÃO

Como todos nesta sala devem saber, a STCP esteve para ser privatizada, num passado ainda bem próximo, tendo a luta política e dos próprios trabalhadores impedido que tal acontecesse. Com a reversão desta posição do governo foram criadas as condições para que a empresa pública de transportes coletivos do Porto se pudesse afirmar como o operador público de transportes de toda a Área Metropolitana do Porto priorizando-se este serviço em detrimento do serviço privado. Com esta medida, criavam-se as condições para avançar na resolução de questões que trazem dificuldades ao serviço público. Nomeadamente, acabar com a ilegalidade de os operadores privados fazerem serviços em zonas exclusivas da STCP ao sobreporem as suas carreiras nos percursos mais rentáveis da operadora pública; e definir a STCP como operador interno, calendarizando-se o progressivo alargamento do serviço nos seis concelhos onde opera, gerindo toda a rede, administrando diretamente o mais possível e contratando o remanescente de forma a garantir à população metropolitana um serviço equilibrado e de qualidade.

Esta estratégia teria âmbito metropolitano e envolveria todos os concelhos responsabilizando-os de forma igual.

Mas a opção do governo e dos autarcas da Área Metropolitana foi diferente. Sem ouvirem os órgãos autárquicos nem os trabalhadores da empresa e seus representantes, sentaram-se todos à volta de uma mesa e cozinham um “memorando de entendimento” para a intermunicipalização da STCP.

Assim, o que saiu, grosso modo, desse memorando:

- A STCP passará a ser a empresa do Concelho do Porto com algumas ligações aos concelhos limítrofes;
- Não se salvaguarda o impedimento dos operadores privados em zona exclusiva da STCP;
- “Esquece-se” as centenas de milhares de euros que os privados acumulam há anos com esta ilegalidade;
- Cria um contexto que poderá continuar e até piorar esta sobreposição com ganhos para os privados e prejuízo para a empresa pública;
- Impossibilita o aumento da rede pública porque está a ser preparado um concurso para adjudicação das linhas fora do concelho do Porto aos operadores privados;
- Não salvaguarda o envolvimento do Governo em futuros investimentos mais significativos para os quais os municípios não têm capacidade financeira, como será o caso da renovação da frota.

Não será preciso muito mais para se perceber que este processo será vantajoso para os lucros dos privados e muito mau para a empresa pública e para as populações.

E o que tem a Câmara Municipal de Gondomar a dizer sobre isto às suas populações? Nada, nem sequer os órgãos autárquicos gondomarenses foram ouvidos ou puderam tomar posição.

16. SET 2019



Grupo da Assembleia Municipal de Gondomar  
gondomar.cdu@gmail.com

No entanto, há vários aspetos neste memorando que revelam situações duvidosas. Desde logo, ser o mesmo assinado por um presidente do Conselho de Administração da STCP a três dias do fim do seu mandato, por pedido de demissão, com base na questão de haver privados a fazerem serviço exclusivo da STCP, prejudicando financeiramente esta empresa pública.

Por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, foi promovida uma Apreciação Parlamentar que plasmou nos Estatutos da empresa que “A actividade de transporte público rodoviário de passageiros no Grande Porto, exercida pela STCP S.A., não pode ser transmitida ou subconcessionada a outras entidades que não sejam de direito público ou capitais exclusivamente públicos.”

Contudo, o **“memorando de entendimento”** que Governo e Câmaras querem assinar é omissivo quanto ao modelo de gestão futuro, esquecendo a salvaguarda do carácter público da empresa e a necessidade da sua garantia pelo Estado para além de 2023, nos termos do DL 82/2016 (alterado pela Lei 103/17).

Nestes pressupostos, o Grupo Municipal da CDU considera inaceitável que se proceda à assinatura deste acordo sem uma discussão prévia na Câmara e na Assembleia Municipal valorizando-se dessa forma o direito destes órgãos a participarem na construção de soluções para as populações. Uma decisão desta importância para o município e para as populações não pode ser assumida sem discussão ou por mera validação do que vier a ser assinado. Os órgãos autárquicos de Gondomar têm de ser respeitados.

Neste sentido, consideramos que, antes que sejam lançadas a concurso todas as linhas existentes fora do concelho do Porto, como é de esperar, há ainda tempo para corrigir estes erros e para defender a STCP, a sua consolidação e o direito das populações à mobilidade proporcionada por um serviço público de transportes de qualidade.

É, assim, tempo de esta Assembleia se posicionar, solicitando a desmarcação da assinatura do memorando e uma discussão sobre o papel futuro da STCP na AMP.

Para este fim, a CDU **requer** à Mesa que seja encarada a possibilidade de realização de uma Assembleia Extraordinária o mais rapidamente possível.

Gondomar, Assembleia Municipal, em 16 de setembro de 2019,

P) Os eleitos da CDU,

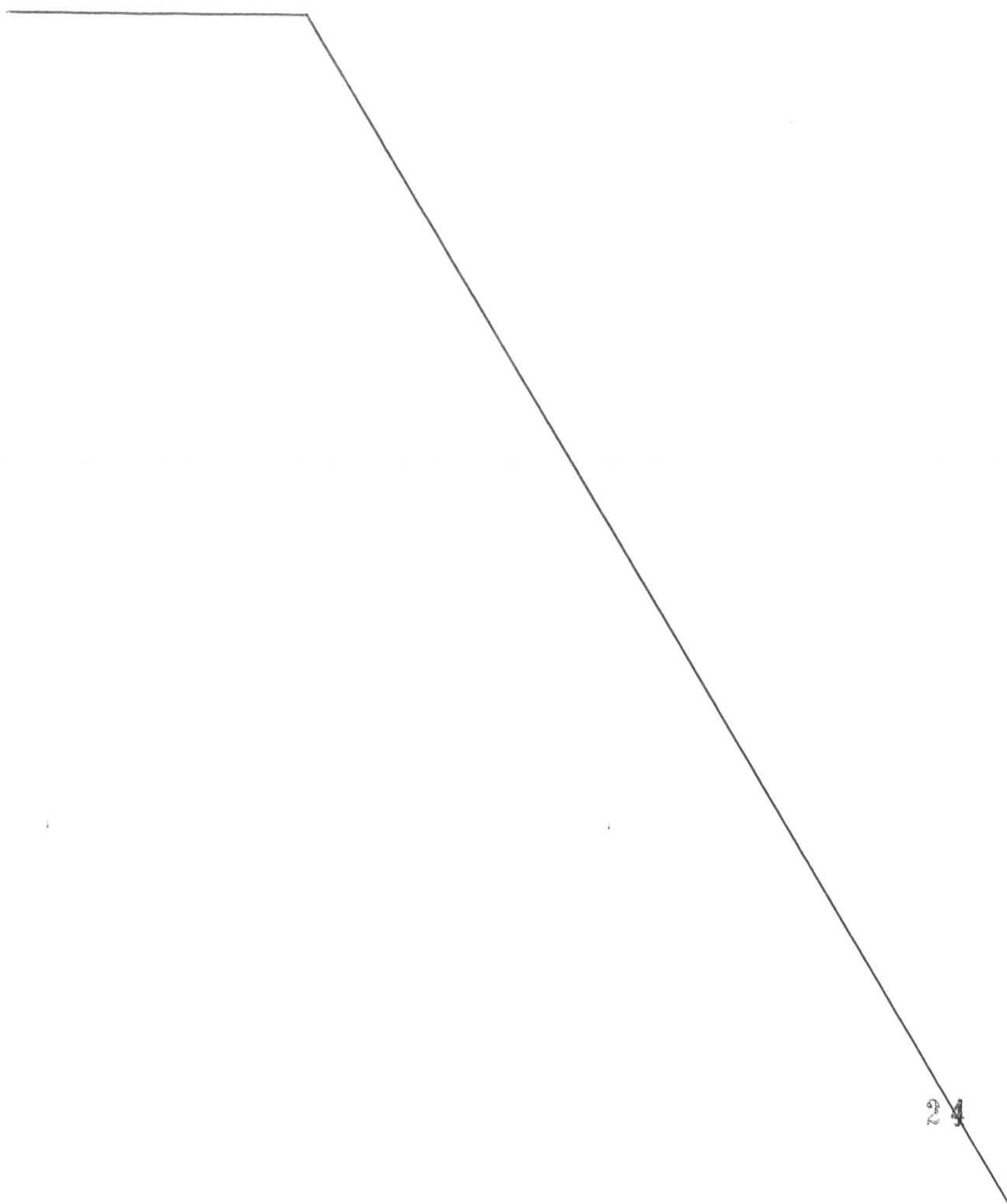


16. SET 2019



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- LUÍS FERNANDES (CDU) – Leu e entregou documento, acerca de “Levantamento de questões ao executivo sobre a agressão ambiental que poluiu e matou dezenas de peixes no Rio Tinto”, que adiante segue. -----



*Eu não sei se é a C.M.  
para os efeitos  
da*

## Levantamento de questões ao executivo sobre a agressão ambiental que poluiu e matou dezenas de peixes no Rio tinto.

Por intermédio do movimento em defesa de Rio Tinto, foi comunicado aos deputados desta assembleia municipal, bem como aos vereadores eleitos, a agressão ambiental que o Rio Tinto sofreu no fim do passado mês de agosto.

Através de vários testemunhos da população podemos comprovar a dimensão deste foco de poluição, que originou o aparecimento de dezenas de peixes mortos, maioritariamente enguias.

Podemos constatar que o foco de poluição, deveu-se a um afluente não tratado que esteve durante horas (segundo relatos da população) em bypass direto para o Rio Tinto, que devido ao seu baixo caudal não conseguiu absorver os milhares de litros de esgotos sem tratamento que foi nele depositado.

Com a realização e conclusão da importante obra do interceptor de Rio Tinto, este episódio não deveria ter ocorrido, uma vez que um dos principais objetivos do interceptor, obra realizada em conjunto pela CM de Gondomar, CM do porto e APA (agência portuguesa do ambiente), é terminar com as descargas no Rio Tinto, passando as mesmas a serem realizadas no Rio Douro, uma vez que possui um maior caudal de água.

As principais questões que se impõem e que a CDU gostaria de ver respondidas pelo executivo presente, são:

- O emissário existente não deveria ser robusto o suficiente para que este problema não se verificasse?
- Na conclusão da obra, foi realizada por parte da CM de Gondomar uma correta fiscalização da mesma, e confirmando se o projeto correspondia a todos os requisitos de obra? Se sim, como é que a CM de Gondomar justifica esta ocorrência anómala?
- Que medidas a CM de Gondomar está a tomar para a devida análise do sucedido e responsabilização das entidades intervenientes na obra (CM de Gondomar, CM do porto, APA e Águas de Gondomar)?

Por último a CDU deixa mais uma vez o alerta e reforça a necessidade da fiscalização de ligações ilegais ao Rio Tinto, bem como da importância da criação, como já existiu no passado da figura do guarda-rios, que fiscalize, proteja e zele, não só no Rio Tinto, mas em todos os recursos hídricos de Gondomar. Os recursos hídricos que são de todos nós.

Gondomar, 16 de setembro de 2019

PlOs eleitos da CDU,



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- PEDRO VIEIRA, Presidente da Junta de Freguesia de Fânzeres e S. Pedro da Cova –  
 Duas perguntas à Câmara Municipal. A primeira, sobre o Memorando com a STCP, em  
 termos práticos, se nos podem garantir aqui na Assembleia, que as carreiras concessionadas,  
 neste caso à Gondomarense, carreira 10 e 69 de S. Pedro da Cova, que garantias nos  
 poderão dar com este acordo, se se vão manter ao serviço das populações e a segunda, é  
 sobre o Cavalete e o Complexo Mineiro. Sabemos que há mais de um ano foram feitas  
 análises pela Faculdade de Engenharia do Porto à estrutura dos edifícios, saber qual o ponto  
 da situação e alertar para o facto daqueles edifícios se degradarem de dia para dia e que é  
 urgente a sua recuperação. -----

----- VITOR GUERRA (VALENTIM) – Momentaneamente, hoje assustei-me, porque parece  
 que a extrema esquerda saiu da tumba e até desconhece as leis do país e veio aqui fazer  
 uma série de propostas de recomendação, que queriam que o município interviesse na  
 iniciativa privada, não reconhecem o princípio da complementaridade, a nossa Constituição  
 até na sua versão inicial, reconhecia a iniciativa privada. Apesar do Grupo Valentim Loureiro,  
 ter as mesmas preocupações que a CDU e o Bloco de Esquerda apresentaram, quanto à falta  
 de pagamento às funcionárias de uma empresa privada, como é obvio a Câmara Municipal  
 de Gondomar não poderá interferir, a situação seria diferente se a Câmara Municipal de  
 Gondomar fosse a entidade empregadora, não se trata de uma concessão, essa entidade  
 presta um serviço à Câmara Municipal de Gondomar. Por isso, deverá ficar a nossa  
 preocupação à Câmara, não nos parece que a própria Câmara deva interferir com a  
 propriedade privada, salvaguardando no próximo concurso, ter isso em conta quanto à

16. SET 2019



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

adjudicação a essa empresa ou não. Outra questão, foi o Bloco de Esquerda, que falou aqui em prejuízos fiscais, gostava que explicasse o que são prejuízos fiscais, e outra pergunta ao Bloco de Esquerda, é como é que chegou à conclusão e em que dados se baseia, que 90% ou mais das vítimas de violência doméstica são mulheres, só este ano dois homens foram mortos. -----

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Em primeiro lugar pronunciar-me pela morte do Professor Jorge Leite, foi meu professor na minha licenciatura e no mestrado, na década de noventa, tive uma relação muito próxima, era uma pessoa de uma justiça fora de série, sempre disponível e era um grande humanista e dizer que vai deixar muita saudade. ---

----- Relativamente às questões colocadas, quanto às trabalhadoras a Câmara tem as suas obrigações em dia, tenho uma informação informal que infelizmente as trabalhadoras continuam com salários em atraso, não é obrigação da Câmara, contudo não podemos ficar indiferentes nesta situação, iremos sempre cumprir a lei. O contrato está no fim e julgo que o executivo futuramente, sem violar a lei, procurará não se encontrar de novo com esta entidade. No que diz respeito às carreiras concessionadas à Gondomarense, julgo que essas carreiras existentes são para manter. Quanto ao Cavalete de S. Vicente, o relatório só nos foi entregue no mês de setembro, que em suma diz que a estrutura não está em risco de cair, apresenta soluções, ainda que difíceis de executar, agora temos de ponderar sobre essa solução que nos foi apresentada. Sobre o rio Tinto, dou a palavra ao Senhor Vereador José Fernando Moreira. -----



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- VEREADOR JOSÉ FERNANDO MOREIRA – Sobre a questão do rio Tinto, desde que chegamos à Câmara, em dois mil e treze, que a ETAR do Meiral foi uma preocupação para nós e toda a gente reconhece que o rio Tinto de hoje, não é o rio Tinto do passado. É o rio Tinto muito diferente, que liga o Parque Oriental do Porto com seis quilómetros de passadiço, é sempre uma preocupação para nós, melhorar e manter o rio e dar-lhe vida, com a devida atenção e a devida verdade, chegar aqui e dizer que houve uma agressão ambiental ao rio Tinto, não é muito correto, houve uma descarga direta de efluente do rio Tinto, não é correto e quando a Câmara soube o que aconteceu, atuou dentro da sua conformidade, foi ao local, analisou, viu qual foi a anomalia, que foi numa linha de tratamento na sua automação, uma avaria que passou para a linha dois, não devia ter acontecido. Notificamos a entidade competente, a IHRH, vamos esperar pelos resultados, espero que não aconteça mais. Vamos todos trabalhar para que possamos ter em Gondomar cada vez mais recursos naturais com qualidade para as pessoas. Falar da Rede Ambiente, das Águas de Gondomar, da recolha de resíduos, é tudo muito vago, o executivo está atento e acredita que queremos colocar Gondomar no top daquilo que são as intervenções futuras que é apostar muito no ambiente e podermos sensibilizar cada vez mais e dentro de dias vamos ter campanhas fortes, para que as pessoas comecem a perceber que a nossa qualidade de vida depende dos nossos gestos diários. -----

----- BRUNO PACHECO (BE) – Relativamente à intervenção que foi colocada aqui, começo a duvidar se as moções são escritas em português ou não, porque vir para aqui escamotear a verdade e o que está escrito nas moções, é não tornar o debate sério e não transmitir as

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

ideias sérias. Relativamente ao Voto de Pesar, pela violência doméstica, se os Senhores Deputados lerem com atenção a moção, os dados que são referidos pela APAV, fala-nos em dezoito vitimas, sendo que dezasseis são mulheres, mas se ainda duvidarem da nossa palavra, convido o Senhor Deputado a visitar o site da APAV que todos os anos lançam os dados estatísticos sobre aquilo que é a violência na sociedade. Relativamente à outra moção, sobre a reorganização do município, o que o Bloco de Esquerda veio aqui defender, não é o deixar de existir a iniciativa privada, o que refere nesta moção é que Gondomar nestes últimos anos deparou-se com um problema que esvaziou aquilo que são as capacidades políticas de criar medidas estruturais para o município e duas delas estão referidas na moção, nas Águas de Gondomar e todos os Grupos Parlamentares aqui presentes tem levantado estas questões, se bem me lembro, foi o próprio Grupo Valentim que veio aqui propor nesta Assembleia uma Assembleia extraordinária, relativamente às taxas exacerbadas aplicadas em Melres e Medas, ou seja reconhece este flagelo, todos os Grupos Parlamentares já levantaram aqui o problema da recolha de resíduos que é feita pela Rede Ambiente, que é uma empresa que foi concessionada na altura do executivo Valentim Loureiro e que presta um mau serviço ao município e o que o Bloco de Esquerda vem aqui propor é que estas funções, que são estruturantes para o município, não podem estar na esfera da mão privada, tem que estar na esfera do executivo e que só nós elementos integrantes da Assembleia Municipal é que podemos ter um papel decisivo e colaborador para o Município e para Gondomar. -----

16. SET 2019



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – Quero fazer uma crítica à Mesa. O Senhor Deputado Guerra fez aqui uma intervenção a dizer que tinha dúvidas sobre isto. O Partido Socialista está esclarecido de como vai votar as moções, não é vir aqui fazer nova intervenção sobre as moções. Queria que o Senhor Presidente fosse mais imparcial, especialmente com o Partido Socialista. -----

----- VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS: -----


----- VOTO DE PESAR, apresentado pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, sobre “Nem mais uma: Pelas 16 Mulheres Vítimas de Violência Doméstica: Aprovado por unanimidade. -----

----- VOTO DE PESAR, apresentado pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, sobre pelo falecimento de Jorge Leite, Professor jubilado da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra: Aprovado por unanimidade. -----

----- PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO, apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, “Por um serviço de educação que combata as desigualdades territoriais”: Aprovado por unanimidade. -----

----- PROPOSTA, apresentada pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda, “Pela organização de um município para os cidadãos – Pelo respeito do trabalho com dignidade”: Rejeitada com 21 votos contra do PS, e 7 abstenções (2 VALENTIM + 4 PSD + 1 CDS-PP). -----

Defunção e 10  
21 Votos PS e 2  
abstenções Doc. 5



Pela organização de um município para os cidadãos.

Pelo respeito do trabalho com dignidade.

Ao longo dos últimos anos Gondomar, foi confrontado por um processo de privatização que foi esvaziando o seu centro de decisão, retirando serviços fundamentais para o dia-a-dia das populações e do município.

A criação de múltiplas empresas municipais, o que pretendem prestar serviços nos municípios, só veio retirar das Câmaras a decisão directa e transparente sobre a gestão da actividade municipal e criando a impotência do município em dar respostas concretas aos problemas, promovendo em certos casos uma certa desresponsabilização sobre os problemas.

As Águas de Gondomar e a Rede Ambiente são dois casos concretos da impotência do município em dar respostas.

Outro exemplo crasso, foi o caso que remonta cerca de dois meses relativo aos trabalhadores da empresa que presta serviços de limpeza a instituições municipais, nomeadamente à Câmara Municipal, a empresa BYEVA.

Todas as denúncias de todas as situações de violação dos direitos dos trabalhadores cometidas pela BYEVA, quer à Câmara Municipal, para a qual presta serviços, quer à ACT, resultaram no que se chama "sacudir a água do capote" por parte da Câmara, dizendo que nada pode fazer devido ao contracto comercial que tem com a empresa, e na ineficácia da actuação da ACT.

Estes acontecimentos só vêm dar razão aos alertas e propostas apresentadas pelo Bloco de Esquerda.

Assim sendo, o Bloco de Esquerda em Assembleia Ordinária, reunida a 16 de Setembro de 2019, propõe:

- As principais funções sociais e económicas das autarquias passem para a gestão directa do município e das Assembleias Municipais, e não sob alçada de empresas municipais.
- A autarquia não promova o trabalho precário, integrando logo que possível nos seus quadros todos os trabalhadores que desempenham funções efectivas.
- Gondomar deve promover um sistema de certificação social de empresas que se candidatem a contractos públicos, assim através do seu âmbito possa identificar as situações de precariedade no trabalho ou de discriminações de género como condição de acesso.

Representantes do Bloco de Esquerda

16. SET 2019



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **1. Discussão e votação das atas das sessões anteriores (29-04-2019 e 18-06-2019).** ---

----- VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 29-04-2019: Aprovada por unanimidade. -----

----- Nos termos do nº 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo não participaram na votação as Deputadas Senhoras: Carmina Maria dos Santos Lopes e Joana Patrícia Fonseca Cardoso, por não terem estado presentes na sessão. -----

----- VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 18-06-2019: Aprovada por unanimidade. -----

----- Nos termos do nº 3 do artigo 34º do Código do Procedimento Administrativo não participaram na votação os Deputados(as) Senhores(as): Ana Catarina de Sousa Pão Trigo e Carmina Maria Santos Lopes, por não terem estado presentes na sessão. -----

----- **2. Propostas da Câmara Municipal sobre:** -----

----- **a) Transferência de competências do município para os Órgãos das Freguesias** -----

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Ambas as alíneas a) e b), quer digam respeito a transferência de competências do Município para as Freguesias, quer digam respeito à transferência de competências para as Autarquias Locais, nos domínios das vias de comunicação, habitação, cultura e saúde, o que nos parece é que os diplomas que disciplinam esta matéria da transferência de competências, não concretizam devidamente a forma como ela será levada a efeito, designadamente os meios que serão afetos ao exercício destas competências e ao cumprimento dos encargos inerentes. A proposta que trazemos, nestas duas situações é de recusar estas transferências, razões que estão vertidas em ambas as propostas. -----

16. SET 2019



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- CRISTINA COELHO (CDU) – Leu e entregou declaração de voto, referente às alíneas a) e b), que adiante segue. -----

[Empty space for the declaration of vote, with a large diagonal line drawn across it.]



## DECLARAÇÃO DE VOTO

**Ponto 2 a) "Transferência de competências do município para os Órgãos de Freguesia"**

**Ponto 2 b) "Transferência de competências para as Autarquias Locais nos domínios da saúde, vias de comunicação, habitação, cultura e saúde"**

A CDU votará a favor das propostas apresentadas que visam a rejeição da delegação de competências.

A CDU, através dos seus Vereadores na Câmara Municipal e dos seus deputados na Assembleia Municipal, já manifestou que considera que o processo de transferência de competências em curso não é mais do que transferir para as autarquias locais e entidades intermunicipais competências de mera execução. Destacamos que não estão a ser transferidas competências, mas sim encargos, sendo clara a tentativa de desresponsabilização das funções da Administração Central. Uma vez mais, alertamos, que este processo de desresponsabilização do estado e de transferência de competências sem conhecimento dos critérios de atribuição de financiamento, a médio e longo prazo vai-se tornar desastroso para o município.

Neste Órgão deliberativo, também já solicitamos ao executivo da Câmara Municipal de Gondomar que, no âmbito das novas competências que têm de assumir quer no recrutamento, seleção e gestão do pessoal, quer no investimento e manutenção dos equipamentos decorrentes da promulgação dos diplomas sectoriais como o da Educação e da Saúde, seja esclarecida:

- a viabilidade de assegurar a resposta exigida pela respectiva transferência de competências, num município com uma fragilidade económica como é o de Gondomar.

- as consequências financeiras e aos esforços materiais decorrentes do exercício das novas competências.

Por fim e, uma vez mais, sublinhamos que a CDU tem tentado que haja um debate sobre esta transferência de competências, onde sejam tratados os riscos para a gestão do município, presente e futura. Tal debate não tem ocorrido.

Gondomar, 16 de Setembro de 2019

PEI  
Os eleitos da CDU  
Cristina A Coelho



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- PAULO MACHADO (PPD-PSD) – Basicamente até ao momento não temos ouvido falar de nada, foi uma decisão do Governo, é um assunto já discutido aqui algumas vezes na Assembleia Municipal, mas relativamente às Juntas de Freguesia, o que é que se está a tentar fazer é basicamente suspender a discussão deste problema. Nas próximas eleições autárquicas, vamos ter a discussão de uma série de programas a nível das freguesias, que vão ter de ter em consideração estas novas competências e até lá não se fala nada, não se sabe quanto é que isso custou e uma coisa que já devíamos estar a avaliar é saber quanto custa uma eventual substituição do contrato com a Rede Ambiente, porque o que acontece é que o município pode dizer “tenho um problema com a recolha do lixo”, a culpa é sempre da Rede Ambiente, não é da Câmara Municipal, nem da Junta de Freguesia, nós temos que ter alguém com competências a quem responsabilizar e neste momento, falando especificamente na questão da Rede Ambiente, até ao momento, não se ouve nenhum comentário. Uma das questões que vai ser posta aqui e relativamente a essa questão da transferência de competências, é a dos transportes, o Município ainda não deu resposta nenhuma em termos de competitividade inclusivé para os cidadãos, como por exemplo o Concelho da Maia, do Porto, com a criação dos passes para os miudos até aos quinze anos, essas situações devem ser discutidas e fazem parte das competências do executivo, são questões importantes para os nossos concidadãos e neste momento não falamos disso. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- **b) Transferência de competências para as Autarquias Locais nos domínios das vias de comunicação, habitação, cultura e saúde** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- c) Terrenos – Afetação ao domínio público de parcela de terreno com a área de 280,00m<sup>2</sup>, sita na Rua da Primavera, na Freguesia de Baguim do Monte -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- d) Terrenos – Afetação ao domínio público de parcela de terreno com a área de 65,00m<sup>2</sup>, sita na Rua da Primavera, na Freguesia de Baguim do Monte -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- e) Terrenos - Afetação ao domínio público de parcela de terreno com a área de 115,00m<sup>2</sup>, sita na Rua Combatente Rolando Santos Pinto, em Covelo, na Freguesia de Foz do Sousa e Covelo -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- f) Terrenos - Afetação ao domínio público de parcela de terreno com a área de 36,40m<sup>2</sup>, sita na Rua Além da Fonte, em Medas, na Freguesia de Melres e Medas -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- g) Terrenos –Afetação ao domínio público de parcela de terreno com a área de 240,94m<sup>2</sup>, sita em Valbom, na Freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 8 abstenções (6 CDU +2 BE). -----

----- LUÍS FERNANDES (CDU) – Leu e apresentou declaração de voto, que adiante segue. ---

## Declaração de voto

### 2.h) Terrenos – Afetação ao domínio público de parcela de terreno com área de 240,94m<sup>2</sup>, sita em Valbom, na freguesia de Gondomar (S. Cosme), Valbom e Jovim.

O prolongamento do passadiço do programa Polis, que crie uma ligação entre a Ribeira de abade e o limite do concelho (limite norte do palácio do Freixo), é algo que a CDU com os seus representantes sempre defendeu.

A conclusão deste pequeno traçado, sempre foi defendido pela CDU como uma mais valia para a população, vindo criar uma ligação pedestre, à cidade do Porto. Ligação esta que será sem dúvida mais agradável e mais segura para o usufruto dos habitantes.

O que para a CDU não é compreensível, é como é que esta afetação foi negociada por parte da CMG. A afetação destes 240.92m<sup>2</sup> de terreno, propriedade de Carlton Palácio – Sociedade de construção e exploração hoteleira, poderia e deveria ter sido previamente negociada no processo de licenciamento para a construção do Pestana Douro Hotel.

Gostaríamos de lembrar todos os benefícios fiscais que foram atribuídos a esta empresa para a construção deste hotel em Gondomar. Consideramos que a cedência deste terreno ao município deveria também ter constado no pack negocial do licenciamento da obra em questão.

Esta falha negocial, demonstra mais uma vez a falta de planeamento por parte do executivo da Câmara Municipal, a longo, a medio e a curto prazo.

A CDU gostaria ainda de levantar uma questão ao executivo presente:

- Qual a estimativa orçamental para a execução do novo projeto do passadiço?

O documento cedido por parte da CM de Gondomar, para análise dos deputados desta assembleia, refere que o novo projeto de passadiço, afigura uma situação bastante mais económica, contudo não refere a estimativa orçamental para a sua execução.

Por estes motivos a CDU irá abster-se neste ponto.

Por último o grupo parlamentar da CDU gostaria de voltar a reforçar, da importância que a conclusão do projeto “Polis” tem para o desenvolvimento do município e para as suas populações. E que a população de Atães e Jovim, anseiam pela sua chegada desde 2002, há mais de 17anos.

Gondomar, 16 de setembro de 2019

P<sup>1</sup> Os eleitos da CDU,



### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Quero dar conta que nos processos de licenciamento, eles nem sequer vêm à Assembleia, há algum desconhecimento por parte dos Senhores Deputados. No que diz respeito aos benefícios em termos de tributos municipais, que essa entidade beneficiou, realmente a entidade beneficiou de alguma redução em termos de impostos que decorreu da criação de postos de trabalho, que na reunião de Câmara fundamentou a nossa proposta, por outro lado quando a proposta não prevê um valor certo para o novo passadiço, já tivemos quase um acordo com a Câmara Municipal do Porto, ainda na primeira metade do mandato anterior, entretanto com a construção do hotel, esse projeto de certo modo colidiu com o projeto. Neste momento o que está em cima da mesa, é uma intervenção de valor inferior ao que estava inicialmente previsto e o que vem aqui hoje é a integração no domínio público de uma cedência gratuita que o proprietário entrega ao município, não podemos dizer que houve uma troca, no ato do licenciamento, foram reduzidas taxas em virtude da criação de novos postos de trabalho e ser atividade ligada ao turismo, não foi falta de planeamento, foi cumprimento da lei. -----

----- **h) Terrenos – Afetação ao domínio público de arruamentos, na Freguesia da Lomba** -----

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Esta afetação e também atualização toponímica, acontece porque havia alguma incerteza quanto à designação toponímica de uma série de arruamentos na Lomba e não havia suporte documental da integração dos mesmos no domínio público e de comum acordo com a Junta de Freguesia da Lomba o que se decidiu por bem foi trazer um documento que consolidasse a realidade dos arruamentos



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

da Lomba, quer no que diz respeito à toponímia, quer no que diz respeito à afetação ao domínio público para resolver problemas pendentes, daí vir uma série de arruamentos. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- CRISTINA COELHO (CDU) – Leu e apresentou declaração de voto, que adiante segue. –

-----



## DECLARAÇÃO DE VOTO

### Ponto 2 g) "Terrenos – Afetação ao domínio público de arruamentos, na Freguesia da Lomba"

A posição da CDU é de acordo com a afetação ao domínio público. Neste caso, após análise dos documentos e o conhecimento de informações complementares, consideramos que trata-se da conclusão de um processo que visa ultrapassar indefinições administrativas com vista a uma melhor resposta à população, não havendo quaisquer alterações das designações toponímicas e respectivos limites.

A CDU votará **A FAVOR**.

Gondomar, 16 de Setembro de 2019

pelos Os eleitos da CDU  
Cristina Coelho



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- i) **Portugal 2020 – Contratação de empréstimo de médio/longo prazo linha crédito BEI PT 2020, para contrapartida nacional dos projetos financiados – Alteração à lista de projetos financiados** -----

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Esta Assembleia já votou em devido tempo este empréstimo ao Banco Europeu de Investimento que visa suportar a parte da contribuição nacional de algumas candidaturas que o município apresentou, mas quando as candidaturas foram analisadas, algumas delas já tinham uma elevada taxa de execução, ou seja, a execução já estava numa fase tal que não permitia o financiamento. O que nós aqui trazemos é para aproveitar esta situação, reformando os quadros e os montantes a submeter a financiamento, porque temos várias candidaturas já provadas e já em condições para poder beneficiar deste empréstimo a juros muito baixos, o que fazemos é trazer novamente esta proposta refazendo os quadros e as candidaturas em causa. -----

----- CRISTINA COELHO (CDU) – Leu e entregou a declaração de voto, que adiante segue. ---

-----

**DECLARAÇÃO DE VOTO****Ponto 2 i) "Portugal 2020 – contratação de empréstimo de médio/longo prazo linha crédito BEI PT 2020, para contrapartida nacional dos projetos financiados – Alteração à lista de projetos financiados"**

A CDU é a favor que as entidades públicas possam aproveitar todos os programas de financiamento que permitam fazer investimento no concelho. Neste sentido, os eleitos da CDU na Câmara Municipal de Gondomar (CMG) e nesta Assembleia, já mencionaram as possíveis condições vantajosas em que a Câmara pode recorrer ao financiamento para os investimentos elegíveis e não elegíveis, através desta "Linha BEI PT2020". Contudo, esta proposta trata-se de uma reformulação da primeira apresentada porque as candidaturas submetidas a apreciação no Balcão 2020 apresentavam uma elevada taxa de execução e o financiamento foi recusado. Ou seja, a proposta de alteração, trazida a este órgão deliberativo, prende-se com o facto da CMG ter submetido a financiamento um conjunto de obras que na prática já estavam feitas mas que quando avaliado pela entidade competente não foi aceite.

Assim, esta Assembleia terá de deliberar a reformulação da proposta de "obras" a pedir financiamento. No entanto, é de sublinhar que este executivo já assumiu compromissos e prioridades de intervenção em orçamento e no Plano Plurianual de Investimento, os quais terá de dar resposta. Ao ter de reformular os pedidos de financiamento essas prioridades como ficam? Já nos pronunciamos que as prioridades do investimento municipal continuam a ser decididas unilateralmente pelo executivo PS sem ter em conta as propostas e sugestões dos eleitos da CDU nos órgãos municipais. A maioria PS continua a não demonstrar a abertura e a disponibilidade necessárias para discutir com os eleitos as prioridades do investimento municipal, nomeadamente, das operações que serão alvo de financiamento. A proposta trazida hoje é assim reveladora da falta de planeamento e da má gestão do executivo da CMG.

Neste sentido, a posição de voto da bancada da CDU será a **ABSTENÇÃO**.

Gondomar, 16 de Setembro de 2019

pel' Os eleitos da CDU  
Cristina Coelho

16. SET 2019



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- PEDRO FORTE (PS) - Leu e entregou a declaração de voto, que adiante segue. -----



Exmos.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal e Srs. Secretários da Mesa

<sup>vice</sup>  
Sr. Presidente da Câmara Municipal e restantes Vereadores

Deputados e Presidentes de Junta

Público

A proposta “Portugal 2020 – Contratação de empréstimo de médio/longo prazo linha de crédito BEI PT 2020, para contrapartida nacional dos projetos financiados – Alteração à lista de projetos financiados”, que hoje se sujeita a aprovação por esta assembleia, enquadra-se, no entender do grupo parlamentar do PS, na dinâmica das políticas de investimento de cariz estrutural que visam promover o desenvolvimento do município.

Recorde-se que anteriormente foi já votado neste órgão o acesso à linha de crédito do Banco Europeu de Investimento com o propósito de satisfazer as necessidades do município no que diz respeito aos fundos próprios que este forçosamente tem que dispor para a realização dos grandes projetos a que se propôs.

Acontece, porém, que à luz da regulamentação existente, foi concretizada em rigor a aprovação da elegibilidade para as despesas de cada projeto para fins de financiamento, isto é, redefiniu-se os montantes a que o município se pode candidatar para financiamento pela linha BEI PT 2020.

Recorde-se também os critérios existentes para acesso ao financiamento pela linha BEI, 50% do custo total do projeto e 100% do custo total do projeto diminuído do apoio do Portugal 2020 e das despesas não elegíveis a financiamento, que resultam nos valores para os diferentes projetos em curso e alvo desta proposta que estão incluídos na tabela constante da proposta e que esta assembleia irá de seguida votar.

Aparentemente discute-se apenas questões técnicas, se não fosse pertinente destacar o empenho e a dinâmica que este executivo tem demonstrado neste aspeto particularmente relevante que é a obra pública do interesse de todos os munícipes!

Dito de outra forma, temos assistido a uma atitude célere e assertiva no acompanhamento dos projetos em curso, tanto na sua execução, como também, e não menos importante, no que toca ao acionamento dos mecanismos de financiamento ao dispor do município.

É deste modo que a meio de um mandato, é possível assistir a uma série de projetos constantes de um programa, por alguns apelidado de muito ambicioso, de utópico, pleno de promessas vãs, mas que contra muitos prognósticos começam já, e são já muitos deles, a tomarem forma!



16. SET 2019

Se ao facto anteriormente citado, juntarmos uma consolidação financeira que foi possível comprovar ainda na aprovação do último relatório e conta de gerência por este órgão, então podemos dizer que a Câmara tem feito o trabalho a que se propôs, tem evidenciado que leva muito a sério os compromissos a que se propôs, tem sido responsável na gestão das contas e isso deve ser enaltecido.

Desta forma, o Grupo Parlamentar do PS irá votar favoravelmente esta proposta.

16. SET 2019



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 22 votos a favor (21 PS + 1 VALENTIM) e 16 abstenções (3 VALENTIM + 6 CDU + 4 PSD + 2 BE + 1 CDS-PP). -----

----- PAULO MACHADO (PPD-PSD) – Declaração de voto. Trabalhei muitos anos nos fundos comunitários e propavelmente o que acontece é que a Câmara Municipal tinha um conjunto de obras a fazer com uma comparticipação que estava distribuida entre a nacional e a comunitária e, ao falhar nessa candidatura, ao colocar uma candidatura sobre obras que já estavam executadas, naturalmente perdeu essa comparticipação comunitaria e isso significa que veio onerar para aquelas obras os encargos da própria Câmara, isso significa também que veio onerar o orçamento e perante um orçamento que está com as dívidas que está, se calhar é uma questão de má gestão, era importante que a partir de agora tenham em consideração que a apresentação de obras com apoios comunitários devem seguir as regras que estão definidas nos respetivos regulamentos. -----

----- **j) Abertura de procedimentos concursais para titulares de cargos de direção intermédia de 2.º, 3.º e 4.º Grau e constituição dos júris** -----

----- OLINDA MOURA (CDU) – Leu e entregou a declaração de voto, que adiante segue. ----



**Ponto 2. alínea j)** – Abertura de procedimentos concursais para titulares de cargos de direção intermédia de 2º, 3º e 4º Grau e constituição dos júris.

## DECLARAÇÃO DE VOTO

A CDU votou contra a proposta de Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais quer em 2018, quer em 2019 aquando da sua alteração, pelas razões demonstradas na altura e registadas nas atas das respetivas sessões desta Assembleia Municipal.

No passado mês de julho, esta Assembleia aprovou por maioria, com a abstenção fundamentada da CDU, a abertura de 7 mais 11 lugares de topo.

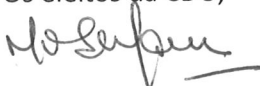
A proposta que agora nos é apresentada, continua a seguir um modelo de funcionamento e organização dos serviços municipais que, na opinião da CDU não serve os interesses do município, nem dos trabalhadores, permitindo, ao contrário, que a Câmara de Gondomar tenha um quadro de pessoal extremamente pesado nos lugares de topo e esvaziado nos lugares operacionais, onde a carência é maior, com prejuízo do próprio funcionamento dos serviços.

Ou seja, de Julho deste ano até agora, cerca de três meses, a Câmara Municipal já arranjou forma de segurar no quadro do município, em lugares de topo, 35 colaboradores, mas não faz nada para empregar trabalhadores diferenciados ou especializados em áreas como a jardinagem, serralharia, canalização, higiene e limpeza, etc.. Este tipo de trabalhadores a Câmara não quer, prefere entregar os serviços a terceiros, não se preocupando sequer se esses terceiros pagam os salários aos seus trabalhadores.

Esta é a política desta Câmara de maioria PS.

A CDU vota CONTRA.

Gondomar, Assembleia Municipal, em 16 de setembro de 2019,

P<sup>o</sup> Os eleitos da CDU,  




### ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Acho que toda a gente já entendeu que a Câmara Municipal se preocupa com essa situação, não é verdade dizermos isso, a Câmara preocupa-se com a situação das funcionárias, agora há coisas que não estão sob o nosso domínio e aquilo que foge ao nosso domínio não podemos dominar. Quanto ao resto acho que não devemos confundir o que são cargos dirigentes e a abertura de concurso para esses lugares com a contratação de funcionários. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por maioria, com 27 votos a favor (21 PS +1 VALENTIM + 4 PSD + 1 CDS-PP), 6 votos contra da CDU e 5 abstenções (3 VALENTIM + 2 BE). -----

----- **k) Transportes Escolares – Contrato Interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia da Lomba** -----

----- VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Estes contratos, também é normal virem cá todos os anos, para assegurar o transporte de crianças que residem distantes dos estabelecimentos escolares. São contratos Interadministrativos que a Câmara celebra com as Juntas de Freguesia para que estas possam assegurar o transporte das crianças que foram previamente sinalizadas. -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- **l) Transportes Escolares – Contrato Interadministrativo a celebrar com a Junta de Freguesia de Foz do Sousa e Covelo** -----

----- VOTAÇÃO: Aprovada por unanimidade. -----

----- **3. ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais — Autorização de pagamento de quota anual.** -----

16. SET 2019



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR

----- PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - Na reunião de Líderes foi discutido este assunto, entretanto foi dada uma resposta explicando o porquê de ainda não ter sido feito o pagamento, surgiu aqui uma situação que era o cabimento orçamental. A Contabilidade tinha que fazer o cabimento, já assinei o respetivo documento do cabimento orçamental e agora vai seguir, já está em condições para se pagar à ANAM. -----

----- **A Assembleia tomou conhecimento do cabimento e compromisso para pagamento da quota de adesão relativamente a este município.** -----

----- FERNANDO CERQUEIRA (PS) – Nós devemos elogiar a Câmara e devemos criticar quando tivermos de o fazer. Os documentos quando vêm cá devem vir devidamente cabimentados porque isto fica mal à Assembleia, isto foi deliberado ao tempo, já houve diversas iniciativas, mas por falta de pagamento das quotas, não participamos, esperamos que de futuro não aconteçam mais casos destes. -----

----- **4. Informação do Presidente da Câmara – Alíneas b) e c) do nº 2 do artigo 25º, conjugado com o nº 4 do Artigo 35º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (junho a agosto de 2019).** -----

----- A Assembleia tomou conhecimento. -----

----- **C) PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA** -----

----- Intervieram os munícipes: *Manuel Sousa Costa*, residente em S. Pedro da Cova, que se referiu a um abaixo assinado entregue nos serviços da Câmara Municipal, sobre o arranjo do arruamento na Bela Vista de Baixo. -----

16. SET 2019



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE GONDOMAR**

----- António Castro, residente em Gondomar (S. Cosme), sobre a limpeza de um terreno na Rua Professor Bismark. -----

----- A sessão foi encerrada às 24 horas, do dia 16 de setembro de 2019. -----

O PRESIDENTE DA MESA,

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA MESA,